

boletim informativo

Centro de Estudos

Diretoria de Documentação

ANO 4 - N. 3 – JUL./SET. 2024

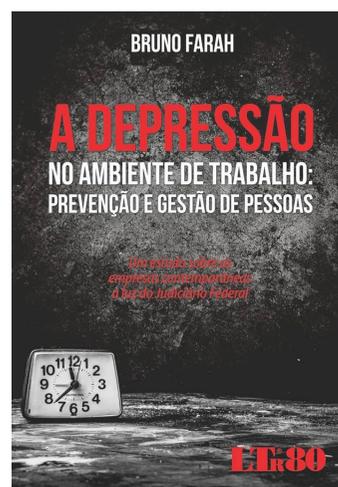
LIVROS

NOVIDADES NO ACERVO



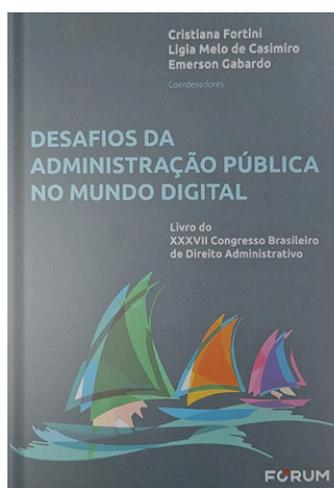
348.50111 A844

ASSÉDIO moral e organizacional: novas modulações do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas. Organizador Bruno Farah. São Paulo: LTR, 2016. 160 p. ISBN 978-85-361-8928-4.



348.50112 F219d

FARAH, Bruno. A depressão no ambiente de trabalho: prevenção e gestão de pessoas: um estudo sobre as empresas contemporâneas a luz do Judiciário Federal. São Paulo: LTR, 2016. 142 p. ISBN 978-85-361-8635-1.



343.1 D442

DESAFIOS da administração pública no mundo digital: livro do XXXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Coordenação Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva, Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, Emerson Gabardo. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 717 p. ISBN 978-65-5518-820-2.

VÍDEOS

EVENTOS DO CES



1ª Feira de Estágios de Carreiras Jurídicas de Estado



Administrativistas no Controle



Diálogos Brasil-Alemanha



Pílulas de Direito Público

ENUNCIADOS PGM

Os Enunciados da PGM traduzem o entendimento deste órgão no momento de sua edição e de acordo com a legislação então vigente. As situações fáticas ocorridas posteriormente a inovações legislativas que alterarem as normas nas quais se basearam os enunciados deverão ser, se for o caso, objeto de novos enunciados.



ENUNCIADOS

PRONUNCIAMENTOS PGM

 [MANIFESTAÇÃO TÉCNICA PG/PADM/ALAP/00134/2024-TFPRS](#)

PROJETO DE LEI Nº 2.989/2024. DISPÕE SOBRE A RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM ATRASO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REMISSÃO, ANISTIA E PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. LOMRJ, ART. 71, VII. AUSÊNCIA DE ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA. ADCT, ART. 113. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ASPECTOS MATERIAIS. CTN E CTM. MULTAS PUNITIVAS E MORATÓRIAS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO.



FONTES DE INFORMAÇÃO:



EM HOMENAGEM AO

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Em celebração ao Mês da Consciência Negra, compartilhamos uma seleção especial de referências que promovem o **letramento racial**, elaborada pela **Coordenadoria de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça de Alagoas**. Esta bibliografia inclui obras literárias, acadêmicas e recursos digitais, oferecendo uma base para aprofundar o entendimento sobre questões como discriminação, representatividade e justiça social. Convidamos a todos a explorar essas fontes e a se engajarem na construção de uma sociedade mais inclusiva e antirracista.



ARTIGOS

EM DESTAQUE

1 - ANDRADE, Leonardo Bezerra de; ELALI, André de Souza Dantas. O regime particularizado de atuação como mecanismo de eficiência administrativa na recuperação de ativos: uma análise econômica dos números da dívida ativa. **Revista da AGU**, Brasília, DF, ano 22, n. 3, p. 157-173, jul. 2023.



O artigo analisa o uso de regimes administrativos específicos para aumentar a eficiência na recuperação de ativos financeiros, com foco nos números da dívida ativa no Brasil. Os autores utilizam uma abordagem econômica para examinar como esse modelo pode otimizar a gestão pública.

2 - CARDOSO, Henrique Ribeiro; MENEZES, Filipe Cortes de; SANTOS, Mateus Levi Fontes. Deliberação versus concentração: a construção de pautas do Congresso Nacional e a PEC dos procuradores municipais. **Revista da AGU**, Brasília, DF, ano 22, n. 1, p. 175-195, jan./mar. 2023.



O artigo discute a formação de pautas legislativas no Congresso Nacional e os impactos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos procuradores municipais, explorando a relação entre deliberação coletiva e concentração de poder nas decisões legislativas.

3 - HAAB, Tuisikon Bejarano. O interesse público na Lei de Acesso à Informação: conflito entre a privacidade individual e o direito à informação. **Revista da AGU**, Brasília, DF, ano 20, n. 4, p. 303-324, out./dez. 2021.



Este estudo investiga o dilema entre proteger a privacidade individual e garantir o direito à informação previsto na Lei de Acesso à Informação, sugerindo formas de equilibrar o interesse público com a proteção dos dados pessoais.

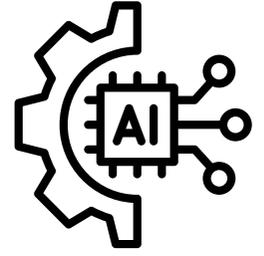
4 - VITAL, Leandro Pétersson Silva; ZUCATTO, Luís Carlos. Novidades da lei n.º 14.133/21: a estimativa de despesa no contexto da dispensa de licitação tradicional e eletrônica. **Revista da AGU**, Brasília, DF, ano 22, n. 3, p. 293-317, jul. 2023.



Os autores analisam as mudanças introduzidas pela nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/21) relacionadas à estimativa de despesas e à dispensa de licitação, destacando os impactos dessas alterações no âmbito da administração pública.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

DIREITO DIGITAL E TECNOLOGIA



1 - GARBACCIO, Grace Ladeira. Governança e boas práticas na Lei geral de proteção de dados por meio da conformidade, da gestão de riscos e da accountability. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**: RBEP, n. 128, p. 155-195, jan./jun. 2024.



Discute a governança e boas práticas no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com ênfase na conformidade, gerenciamento de riscos e no princípio da accountability. A pesquisa adota uma abordagem dedutiva e analisa a implementação do compliance, o impacto dos relatórios de dados e as experiências internacionais, especialmente da União Europeia, como modelos para o Brasil. A conclusão destaca que um programa estruturado de gestão de riscos e a governança sólida são essenciais para garantir a proteção de dados e a estabilidade organizacional.

2 - PÁDUA, Sérgio Rodrigo de; LORENZETTO, Bruno Meneses. O direito fundamental à explicabilidade da inteligência artificial utilizada em decisões estatais. **Revista da AGU**, BRASÍLIA, DF, ano 23, n. 2, p. 349-371, jun. 2024.



Aborda o direito à explicabilidade da Inteligência Artificial (IA) no apoio às decisões estatais na Administração Pública e no Judiciário. A pesquisa multidisciplinar envolve normas nacionais, documentos internacionais, como recomendações da OCDE, UNESCO e União Europeia, e categorias teóricas do direito e Ciência da Computação. Os resultados destacam a importância da accountability das decisões públicas com IA e a definição de um direito fundamental à explicabilidade estrita, diferenciando-a da interpretabilidade e da explicabilidade em sentido amplo.

3 - PÁDUA, Sérgio Rodrigo de; BERBERI, Marco Antonio Lima. Robô processual: inteligência artificial, atos processuais e regras padrão. **Revista da AGU**, Brasília, DF, ano 20, n. 3, p. 225-248, jul./set. 2021.



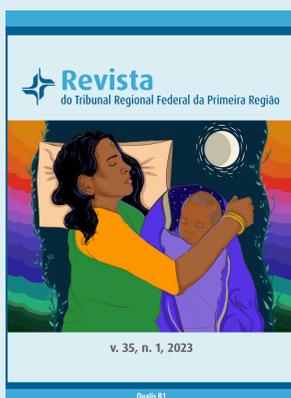
Analisa a aplicação de inteligência artificial (IA) em atos processuais de menor complexidade, abordando a robotização desses atos. A pesquisa exploratória e descritiva, com base em análise bibliográfica e documental, investiga como a delegação de tarefas processuais a algoritmos pode aumentar a celeridade, segurança e razoabilidade no sistema jurídico. O desenvolvimento de robôs processuais (IA aplicada ao direito) é apontado como uma oportunidade para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

4 - SAMPAIO, Ricardo Ramos. Inaplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados: a interpretação do art. 4º, inciso III e §1º da LGPD à luz do direito comparado. **Revista da AGU**, Brasília, DF, ANO 22, N. 3, p. 397-417, JUL. 2023.



O artigo analisa a inaplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para o tratamento de dados em contextos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais. A pesquisa compara a LGPD com normas estrangeiras e apresenta posicionamentos da Advocacia-Geral da União e do Supremo Tribunal Federal. Além disso, discute o Anteprojeto da Lei Geral de Proteção de Dados Penal.

5 - SOARES COSTA AIRES, A. Acesso à Justiça, exclusão digital e a inteligência artificial no Poder Judiciário do Brasil: desafios e perspectivas. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 35, n. 1, p. 132–141, 2023.



Analisa como o acesso à Justiça evoluiu no século XXI com o impacto das tecnologias e a implementação de inteligência artificial no Poder Judiciário. A pesquisa destaca que a exclusão digital, acentuada pela pandemia, tornou-se um obstáculo para a efetividade do acesso à Justiça, especialmente para populações mais vulneráveis. O estudo propõe repensar os caminhos para um acesso mais inclusivo e efetivo, considerando a crescente digitalização das práticas judiciais e os desafios que isso impõe para a sociedade brasileira.

6 - SZINVELSKI, Martín Marks; ARCENO, Taynara Silva. A cibersegurança no tratamento de dados pessoais: a chave-de-ouro para efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (lei n.º 13.709/2018). **Revista da AGU**, Brasília, DF, ano 21, n. 2, p. 163-182, abr./jun. 2022.



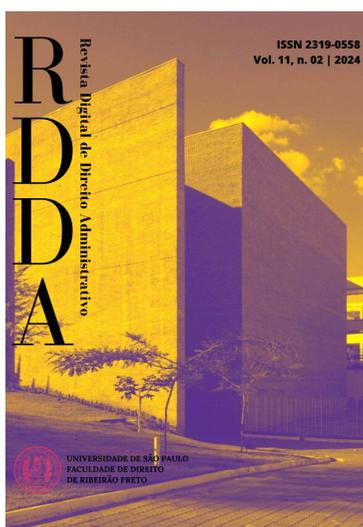
O artigo aborda a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando a importância da segurança dos dados e a confiança dos titulares de informações. Foca em mecanismos técnicos e administrativos, como as certificações de proteção de dados e os códigos de conduta, que serão normatizados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Tais ferramentas incentivam a responsabilização proativa dos responsáveis pelo tratamento de dados. As regulamentações, inspiradas pela legislação europeia, reforçam a privacidade, a cibersegurança e a regulação eficaz no contexto digital.

REVISTAS ELETRÔNICAS COM

ACESSO  ABERTO



Revista Brasileira de Estudos Políticos



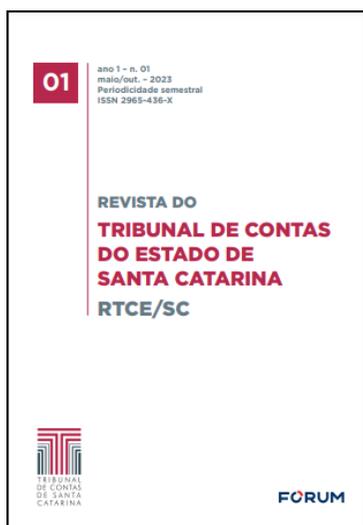
Revista Digital de Direito Administrativo



Revista Direito Público



Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



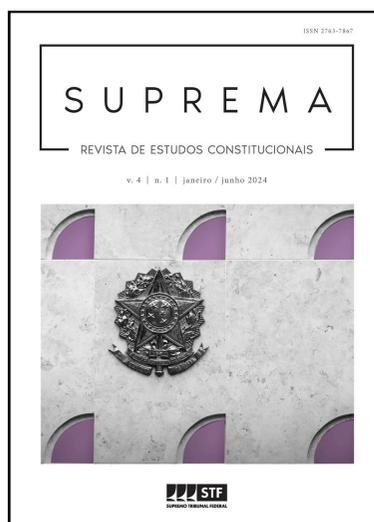
Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (RTCE/SC)



Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Revista Simetria – Revista do Tribunal de Contas do Município de São Paulo



SUPREMA – Revista de Estudos Constitucionais

NOVOS SERVIÇOS

LIBRARIKA



Agora é possível consultar o nosso **acervo literário** de qualquer lugar, diretamente do seu celular ou computador.

Encontre uma variedade de gêneros literários, desde **clássicos** imortais, **romances**, **aventura**, **mistério**, **poesia**, **histórias em quadrinhos**, entre outros. Temos opções para todos os gostos e idades.

Para empréstimos, visite a biblioteca em nosso horário de funcionamento. O prazo de devolução é de 30 dias, permitindo que você desfrute da leitura no seu próprio ritmo.

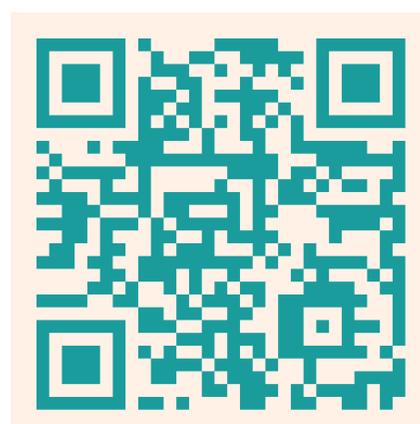
Empréstimo apenas para usuários internos.

Acesse nosso acervo pelo link:

<https://bibliotecapgmjrj.librarika.com>



Ou **escaneie:**





EQUIPE DA BIBLIOTECA

Diretora do Centro de Estudos

Arícia Fernandes Correia

Diretora da Diretoria de Documentação

Vania da Silva Blanco da Costa

Produção Editorial

Andréia dos Santos Martins Quirino

Nathalia Barbosa Batista

Equipe técnica

Inglethe Ambrozio Gomes

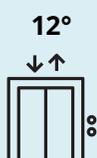
Maridete Motta Dos Santos

Raquel da Silva Cabral



FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA DA PGM-RJ

Travessa do Ouvidor, nº 4 - Centro, Rio de Janeiro.
Ficamos localizados no 12º andar.



 **Atendimento** de segunda à sexta-feira:

🕒 **Usuário interno:** das 10h às 18h

🕒 **Usuário externo** (pesquisa): de 11h às 13h

